ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA "PARA DISCUTIR SOBRE O FECHAMENTO DO HOSPITAL PADRE COLOMBO E OS IMPACTOS PARA A POPULAÇÃO PARINTINENSE.", REALIZADA NA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2021. No sétimo dia do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte e um, às 09:h00mn, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no Plenário "Raimundo Almada" – Câmara Municipal de Parintins. Estiveram presentes os senhores vereadores: **VANESSA GENY CARNEIRO GONÇALVES – Vice-Presidente, JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE – 1º Secretário, AFONSO DE SOUZA ROCHA, ALEX GARCIA CARDOSO, ANTÔNIO MASSILON DE MEDEIROS CURSINO, BRENA DIANNÁ MODESTO BARBOSA, FLÁVIO DA COSTA FARIAS, JOSENALDO BATISTA LIMA e MÁRCIA AUXILIADORA CARDOSO BARANDA.** Nesse momento foram convidados para compor a Mesa dos Trabalhos: excelentíssimo Senhor **MATEUS FERREIRA ASSAYAG** – Presidente da Câmara Municipal de Parintins; a Excelentíssima Senhor **FRANK LUIZ DA CUNHA GARCIA** – Prefeito Municipal de Parintins; Excelentíssimo Senhor **ANTÔNIO MASSILON DE MEDEIROS CURSINO** – Vereador Presidente da Câmara Municipal de Parintins e autor da propositura; Excelentíssimo Senhor Dr. **MARCELO BIRATÃES** – Promotor de Justiça/Ministério Público do Amazonas; Ilustríssima Senhora Dra. **LÍVIA AZEVEDO DE CARVALHO** – Defensora Pública - Polo Baixo Amazona; o Reverendíssimo Dom **GIULIANO FRIGENE** – Bispo da Diocese de Parintins; o Senhor **CLERTON FLORÊNÇO** – Secretário Municipal de Saúde de Parintins; o Senhor Padre **MAURO ROMANELO** Procurador-Geral do Hospital Padre Colombo e o Senhor **JOSÉ AUGUSTO FERREIRA** – Representando o Conselho Municipal de Saúde. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou **ABERTA A AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que tem como finalidade **"DISCUTIR SOBRE O FECHAMENTO DO HOSPITAL PADRE COLOMBO E OS IMPACTOS PARA A POPULAÇÃO PARINTINENSE."** Em seguida o Senhor Presidente comunicou que além da composição da Mesa Presencial, também, estão participando desta Audiência, por acesso remoto, o Senhor **CÁSSIO ROBERTO ESPÍRITO SANTO** – Secretário-executivo Adjunto de Atenção Especializada do Interior da SES e **JANE KENTA IUATA** – Secretário-executivo. Neste momento o Senhor Presidente convidou o Vereador **JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE** para fazer a leitura do **Requerimento nº 331/2021-CMP** de 04 de outubro de 2021, de autoria do Vereador **Antônio Massilon de Medeiros Cursino**, para conhecimento de todos. Em seguida o Senhor Presidente registrou a presença da Dr. MARINA – Promotora de Justiça. Prosseguindo convidou o Vereador **ANTÔNIO MASSILON DE MEDEIROS CURSINO,** autor de propositura para fazer seu pronunciamento justificando esta Audiência Pública, o qual

cumprimentou os presentes e destacou que todos os dias quando adentra a este Augusto Plenário seus olhos fitam o Brasão de Parintins e depara-se com a frase "In hoc signo vinces", que significa "Com este sinal vencerás", atribuída a Constantino, contra Maxêncio, antes da batalha da Ponte Mílvio, na disputa pelo Império Romano que, em meio à batalha, um sinal, o sinal da Cruz sob o Sol. Falou que espera que esta frase, que foi acolhida, para ser um dos Símbolos da Cidade de Parintins, seja, neste momento, algo a ser seguido, um sinal de um novo tempo, para que se tenha um desfecho conciliatório e resolutivo ao fim desta Audiência Pública. Prosseguindo comentou que cada um tem um pouco de história de vida ligada a um evento do Hospital Padre Colombo, cheio de tristeza, de dor de superação e muitas vezes de alegria. Disse que muitas luzes foram dadas naquele hospital e o Poder Legislativo sente-se honrado em receber a todos em busca de uma solução, como, Hospital Padre Colombo, Prefeitura Municipal de Parintins, Governo do Estado, autoridades aqui representadas com o objetivo maior que é bônus público. Falou que todos são capazes de buscar o entendimento, por isso, foi proposta essa Audiência Pública. Finalizou dizendo que o povo de Parintins merece ouvir um entendimento claro, republicano, respeitoso e dentro dos limites legais. Neste momento o Senhor Presidente concedeu a palavra aos componentes da Mesa e convidou o Reverendíssimo Senhor Dom **GIULIANO FRIGENE** – Bispo da Diocese de Parintins, que cumprimentou os presentes e destacou que diria aquilo que é fruto de sua reação logo ao chegar da Itália há poucos dias, esclarecer e agradecer sobre a realidade atual do Hospital Padre Colombo. Explicou que, ao chegar, foi agradecer pessoas em instituições que, nestes últimos dois anos, ajudaram a enfrentar o trabalho no Hospital Padre Colombo. Disse que encontrou, também, pessoas de uma ONG chamada "Hope", que significa Esperança, a quem o Papa Francisco pediu, explicitamente, que ajudasse os hospitais do Brasil, em particular, da Amazônia, por isso, o Hospital Padre Colombo ficou entre os preferidos por ser o único hospital diocesano no Amazonas. Falou que queria voltar para começar logo a reforma do referido hospital que, desde janeiro de 2020, ficou suspenso por causa da pandemia e que, a mesma, nestes últimos meses, deixou de ser o maior problema da saúde no Baixo Amazonas. Falou que nos 40 dias que ficou na Itália e Suíça, seguia o relatório sobre o Covid-19 e as internações das pessoas da Secretaria Municipal de saúde e observava que estava zero, zero, zero e ficava super feliz pela superação. Lembrou que nos primeiros oito meses o Hospital Padre Colombo alcançou a meta anual do atendimento planejado e, apesar de vários Ofícios encaminhados a SEMSA, que é outra instituição responsável pelo referido hospital, e não tendo recebido resposta nenhuma dos pedidos, foi fechado o Hospital Padre Colombo a partir do dia 01 de outubro, para iniciar-se as obras de estruturação para melhor atender a população. Destacou que espera que seja feito esta reforma sem precisar de trinta meses, como quando o Hospital Jofre Cohen fez a sua reforma no início do terceiro milênio e o Hospital Padre Colombo segurou o atendimento desta cidade e

municípios vizinhos por dois anos e meio sem nenhum alvoroço. Declarou dizendo que, como Bispo responsável da Diocese de Parintins, deixaria à população parintinense toda sua indignação pela injustiça que, através da Imprensa e rede sociais, está acontecendo, nestes últimos dias, contra o Hospital Padre Colombo e, sobre tudo, contra a Igreja envolvida nesta batalha, fruto da caridade do Papa e de tantos padres, irmãs, leigos e, não somente cristãos católicos, mas também, evangélicos e outros. Agradeceu de modo especial, aos trabalhadores do Hospital Padre Colombo, que se sacrificaram nesses últimos dois anos de maneira exemplar, mas, também, reconheceu que precisam tirar férias justas e merecidas. Falou que enquanto se estiver fazendo a referida reforma do Hospital Padre Colombo os funcionários poderão ter esse tempo para se recuperarem e merecem toda sua estima e gratidão, em particular a Irmã Laura, Missionária Imaculada, Padre Mauro, que a pedido do Clero e seu, foi liberado do compromisso na Itália, para voltar a ajudar esse hospital desde abril deste ano de 2021. Agradeceu ao apoio total dos padres da Diocese, do povo em geral, dos políticos locais e do Estado do Amazonas, que manifestaram seu apoio a esse trabalho e, ainda, aos padres e bispos de outras dioceses e prelazias do Amazonas, em particular, a Dom Leonardo, Arcebispo de Manaus, que acompanhou no uso sábio e pontual da ajuda especial do Papa Francisco e da ONG "Hope", que nunca abandonou este hospital depois que o Papa Francisco a convidou a ajudar ao referido hospital, com grandes experiências nas emergências sanitárias. Dando prosseguimento registrou a presença dos senhores vereadores **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES, ALEX GARCIA CARDOSO, FLÁVIO DA COSTA FARIAS, AFONSO DE SOUZA ROCHA, MÁRCIA AUXILIADORA CARDOSO BARANDA, JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE, VANESSA GENY CARNEIRO GONÇALVES, BRENA DIANNÁ MODESTO BARBOSA, JOSENALDO BATISTA LIMA** e justificou a ausência do Vereador **FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO**, que está em audiência em Manaus. Neste momento o Senhor Presidente passou a palavra ao Padre **MAURO ROMANELO** – Procurador-Geral do Hospital Padre Colombo, que cumprimentou os presentes e disse que apresentaria as informações verdadeiras depois de versões e declarações bem equivocadas que apareceram nas mídias. Em seguida apresentou alguns Slides: Restabelecimento da verdade: * Ciências, Autoridades em Geral sobre o Funcionamento do Hospital Padre Colombo Relacionados a Metas Pactuadas e Cumpridas (falou que todos sabem que o Gestor Fundamental do SUS é o Gestor Público). Falou que hospitais particulares como o Padre Colombo só vem complementar e é uma pactuação de metas, ou seja, o "SUS" contrata um hospital particular para realizar serviços de saúde até um determinado número de atendimentos. Destacou que no dia 27 de julho de 2021, reforma parcial do prédio do Hospital Padre Colombo, já que em junho se estava indicando as datas do cumprimento de metas, como por exemplo: considerando que a emergência devido à pandemia terminou em 31 de março de 2021; considerando que o Centro Cirúrgico do

Hospital Jofre Cohen retomou suas atividades; considerando que o Hospital Padre Colombo, em 24 de maio, já alcançou a meta anual de partos cirúrgicos, sete meses antes do prazo contratado; considerando que continuava a atuar nos atendimentos para gestantes, também a meta anual de partos normais a ser alcançado, será no começo do mês de novembro, dois meses antes do prazo contratado; considerando que, também, a meta anual de atendimento de Pediatria Neonatologia será alcançado em meados de outubro, dois meses e meio antes do prazo contratado; considerando que a meta anual de cirurgias será alcançada no final de outubro, dois meses antes do prazo contratado. Neste momento mandou voltar o Slide e disse que onde a notificação estava dirigido ao Prefeito, depois todos os órgãos relacionados à saúde, justiça e Câmara Municipal foram informados. Continuando o listou: considerando que a meta anual de internações clínicas vai ser alcançada no próximo mês de agosto, cinco mês antes do prazo contratado; considerando que a meta anual global será alcançado em meados de setembro, três meses e meio antes do prazo contratado; considerando que há um ano e meio o Hospital Padre Colombo atende a toda a demanda hospitalar não covid-19 no município e muitos casos graves vindo de municípios vizinhos, inclusive do Pará; considerando que no período emergencial o Hospital Padre Colombo atendeu toda a demanda de pacientes covid-19 gestantes, inclusive os partos neonatologias UCI, abrindo uma segunda Maternidade e uma segunda Neonatologia; considerando que há tempo no município praticamente não se exista mais casos de internação; considerando que há muito tempo o Centro de Maternidade Neonatologia UCI precisa de reforma da estrutura física; considerando que essa reforma não pode mais demorar, informa que, isto é, todos já sabiam há meses que o Hospital Padre Colombo ia completar esse convênio alcançando muito antes do dia 31 de dezembro de 2021. Frisou que esse documento é a denúncia do convênio do "SUS", isto é, não querem mais continuar com esse convênio, que esse convênio atual não irá mais continuar para o ano de 2022. Reiterou, mais uma vez, que todos foram informados, no entanto, a Diocese reitera o seu interesse em continuar a atuar em parceria com o "SUS" em prol da saúde da população parintinense. Destacou que quando foi dito que este específico convênio não seria renovado, era um convênio diferente, porém, foi reafirmado em 24 de junho a vontade da Diocese de poder continuar trabalhando com o "SUS". Registrou que após essas notificações o gestor público, gestor do SUS em Parintins, não se manifestou em nada, absolutamente. Disse que não se tem mais cobertura jurídica e nem financeira. Outra notificação que destacou foi: considerando a ausência de respostas do Município de Parintins a caterizar manifesto de desinteresse na continuidade de prestações de serviços para a população parintinense e do Baixo Amazonas por esta unidade de saúde; considerando ainda que mesmo sem remuneração, sem contra partida, sem cobertura contratual, esta unidade de saúde continuará a prestar os serviços por sua conta e risco, sem previsões de recursos dos entes estadual e municipal gerando um passivo para o Hospital Padre Colombo, incluindo os

valores já empenhados; considerando o complemento, bem como a superação das metas pactuadas, até o presente momento, aproximadamente 10% do pactuado. Mais uma vez disse que o hospital reitera sua intenção e interesse de continuar a prestar os serviços, ao que seria necessário formalizar novo convênio ou termo aditivo ao convênio vigente. Destacou que após tudo considerado foi informado no documento que, a partir de primeiro de outubro de 2021 os serviços seriam ser suspensos. Outras informações, dados, metas, números e outros se encontram no documento oficial e planilha enviada à prefeitura e demais órgãos, dizendo que muitos deles sem contestação e sem respostas por parte do município e que todos eram cientes que o Hospital Padre Colombo estava trabalhando quase 50% a mais do compactuado e que meados de setembro concluiria o convênio com o SUS. Frisou que o Hospital Padre Colombo há meses vem pedindo reunião, conversas e estabelecimento de outro convênio, ou esticar o convênio até o final do ano, porém, nunca se teve respostas quando todos sabiam disso. Destacou, também, que a reforma é importante, pois, depois de 29 anos funcionando sem parar um dia o referido hospital está bastante desgastado; o esgoto estourado no meio do campo de futebol, o qual chega até o igarapé e está rachado. Disse que a afetação das águas causaram sedimentos estruturais do Setor de Maternidade, causando rachaduras horríveis, por isso as mulheres foram retiradas de lá. Frisou que o piso está cedendo e é impossível e perigoso deixar as mulheres naquele local, por isso, foi transferido à maternidade para outra parte do hospital. Mostrou, nos Slides, muitos outros motivos afirmando serem importantes para que o hospital tenha que ser reformado, recuperado colocado em segurança para poder voltar a trabalhar em um ambiente organizado e sadio. Disse que a continuação do funcionamento do Hospital Padre Colombo nessas condições de desgaste estrutural e higiênico colocará em risco a segurança dos pacientes, funcionários e outras pessoas que adentram o edifício e isto são evidentes. Destacou que a intenção do hospital era fazer a reforma sem suspender as atividades, porém, tendo terminado a situação emergencial, covid-19, tendo uma doação do Para Francisco que ajudará nos trabalhos, o qual se interessou bastante em ajudar o hospital na Amazônia, avaliou-se como urgentíssima a reforma do prédio hospitalar para não colocar em risco a saúde e a vida das pessoas. Frisou que o Hospital Jofre Cohen fechou, descadastrou, junto ao Ministério da Saúde, os leitos de Neonatologia, Obstetrícia e Maternidade, justificando que era desnecessário porque sabiam que seriam usados apenas por paraenses e que não tinha contribuição do Pará, porém, elas vieram sempre e iam para o Hospital Padre Colombo, pois, a Secretaria de Saúde fechou a Maternidade do Jofre Cohen, causando sobrecarga ao Padre Colombo, que teve que aumentar de 17 para 23 leitos de maternidade. Comentou que sobre a necessidade de suspensão dos serviços no Padre Colombo, disse que era situação extrema e inaceitável sobre todos os aspectos legal, estrutural e funcional. Sobre as retirada do referido hospital foram os médicos Dr. Alberto e Dr. Jaime e de equipamentos, foram todos para o Hospital Jofre Cohen. Outro

ponto que disse ser muito grave foi às mentiras do Secretário de Saúde do Interior, Cássio Roberto do Espírito Santo, que, segundo o padre, apesar das notícias veiculadas, o Hospital Padre Colombo (HPC) não recebeu recursos e doações covid-19, nem deste município, nem do Governo Estado. Quanto à folha de pagamento de funcionários, disse que são: 189 lotados, 129 nas escalas e 60 estão trabalhando em outras instituições, UBS's desta cidade, à disposição da Prefeitura de Parintins. Frisou que no ano passado o referido Secretário de Saúde do Interior mentiu quando afirmou que o novo termo de Fomento com o HPC não tinha sido assinado, por não ter havido prestação de contas, porém, teve que se retratar, pois, as prestações de contas todas foram enviadas e nenhuma voltou para o HPC por erro. Registrou que a Prefeitura Municipal de Parintins afirmou em nota de esclarecimento, de 03 de setembro de 2021, que os valores somados dos repasses federais, estaduais e municipais recebidos mensalmente pelo HPC o valor de um milhão, quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos, porém, retrucou que é mentira, pois, se fosse verdade o HPC estaria maravilhosamente bem. Destacou que os recursos do HPC provêm de doações financeiras e bens como materiais alimentícios, higiênicos e os convênios públicos, onde, aproveitou para agradecer todas as pessoas que continuam ajudando o HPC com doações contínuas de fidelidade. Demonstrou que os repasses da Prefeitura de Parintins mensal é de duzentos e setenta e oito mil, novecentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos, em agosto de 2021, o qual recebe do Ministério da Saúde, ou seja, é verba federal, não municipal. Sobre o teto MAC, que é um valor compensivo para Média e Alta Complexidade, que o município recebe do Ministério da Saúde, é de oitocentos e vinte e um mil, cento e vinte e sete reais e vinte centavos, usados totalmente para folha de pagamento e outras pequenas despesas, porque o HPC teve que contratar diretamente mais que 100 funcionários. Quanto ao repasse do Estado, Termo de Fomento Interativo, quatro parcela de seiscentos e quarenta e nove mil, seiscentos e dez reais, a cada três meses, para inquisição de insumos hospitalares, oxigênio, medicamentos, materiais clínicos, cirúrgicos, ortopédicos, testes de covid-19 e para consumo de energia, água e serviços prestados para manutenção de equipamentos, além de pagamentos dos médicos, e a última parcela que iria chegar em agosto ainda não chegou. Quanto à emergência covid-19, 2020/2021, apesar de o HPC ficar com todo atendimento não covid-19, mais a Maternidade, Neonatologia, Pediatria/Covid-19 e todas as cirurgias covid-19/não-covid-19, nem a prefeitura, nem o Estado repassaram um centavo a mais do fora compactuado para atuar numa situação normal distribuição dos atendimentos entre os dois hospitais. Falou ainda que o convênio de 2020 com o Estado terminou em 27 de agosto e o HPC não teve nenhum repasse do Estado até janeiro de 2021. Destacou que a renovação foi feita com data retroativa e terminou em setembro de 2021 e o pedido de Aditivo ficou sem resposta deixando o HPC sem recursos para trabalhar até o final do ano, quando completou o convênio, silêncio absoluto. Reiterou que o HPC quer continuar

a trabalhar com o SUS, silêncio Absoluto. Frisou que se o Poder Público não que mais que o HPC atenda os usuários do SUS fale isso claramente. Em seguida proferiu uma metáfora: "se você contrata um estaleiro para construir um barco em um ano e esse estaleiro termina em oito meses, muito bem, mas, você não pode exigir que esse estaleiro começasses a construir um segundo barco sem fazer um contrato e sem pagar o primeiro barco e sem dar a possibilidade financeira para construir o segundo barco". Continuando disse que a proposta do HPC é: urgente celebração do termo Aditivo de convênio suficiente para sustentar os serviços conveniados; mecanismos de controle externos sobre os números de internações para que não exceda os leitos disponíveis. Lembrou que o HPC é somente, enquanto hospital privado, complemento ao SUS, ao hospital público e não vice-versa, como está acontecendo. Finalizou falando sobre reformas por etapas, dizendo que é uma força tarefa da Diocese, do Município e do Estado para realizar o quanto antes os trabalhos de reforma mais urgentes, como sistema de esgota, colocar o Centro Cirúrgico dentro das normas, pinturas, pequenas melhorias na emergência, reabertura da Maternidade em 2022 com capacidade total e que depois de feito as reformas do esgoto, centro cirúrgico e outros, o HPC pode voltar a funcionar, com a Maternidade sendo reformada junto, pois, é um bloco separado dando para conciliar funcionamento e reforma da mesma. Em seguida foi apresentado um vídeo sobre o HPC. O senhor Presidente passou a palavra ao Senhor **JOSÉ AUGUSTO FERREIRA** – Representando o Conselho Municipal de Saúde, que cumprimentou os presentes e ressaltou que certamente Cristo diria hoje e continuaria dizendo era, "amai-vos uns aos outros". Disse que todo aquele que é detentor de um cargo público tem que estar a serviço da comunidade, daqueles que mais precisam. Falou que "tira o chapéu" para o trabalho que o Hospital Padre Colombo realiza ao longo desses 45 anos e a maioria dos seus seis filhos nasceram no HPC. Destacou que o desejo do Conselho Municipal de Saúde é de ter acesso ao convênio do Poder Público com o HPC que, infelizmente não tem, para que aja transparência dos dois lados. Falou que o Conselho tem sido contundente e até brigado entre si, porque isto aqui virou assunto de discussão em todos os cantos da cidade. Reiterou que enquanto colegiado querem estar a par de tudo que acontece no que concerne aos investimentos dos recursos do SUS em Parintins e que o colegiado quer ser chamado para conversar sobre qualquer assunto e debate sobre a saúde. Frisou que as discussões continuam internamente porque como cidadãos cada um tem o seu pensamento e posicionamento, porém, como representante do Colegiado falará sobre a decisão do mesmo. Salientou que o posicionamento do Conselho é que chamem este conselho para as discussões, que os provoquem e não deixem o Conselho à margem, pois, o mesmo está à disposição, onde tem pessoas de 16 instituições que podem contribuir. Comentou que é lamentável que se tenha chegado a esta situação e que é preciso uma força conjunta e colocar Parintins onde precisa estar em todas as áreas. Finalizou que é preciso unir forças, pois, quem está sofrendo com isso é povo, que não quer saber da briga entre a

iniciativa privada, a filantropia e o poder público, o que quer é ser atendido. Em seguida o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor **CLERTON FLORENÇO** – Secretário de Municipal de Saúde de Parintins, que cumprimentou os presentes e disse que, a seu ver, este é um momento que, dentro da administração, não estaria sendo necessário se fazer uma Audiência Pública voltada para discutir uma questão que poderia ter sido resolvido de uma forma administrativa, porém, como foi necessário está aqui para esclarecer alguns pontos. Falou que todos sabem e é inegável a importância do HPC no Município de Parintins e dentre isso, o maior defensor desta bandeira é o Prefeito Bi Garcia, que ao longo de seus quatro mandatos fez tudo que foi possível, dentro da sua limitação, para que se pudesse fazer os investimentos no HPC, no Município de Parintins, na saúde de Parintins e do interior, que hoje é considerada a melhor saúde do interior do Amazonas. Frisou que hoje se tem um trabalho de excelência neste município, tanto que se busca onde tem os serviços oferecidos no município e é isto que deseja para o HPC e para Parintins. Destacou que a Administração, a Gestão Municipal, a Secretaria de Saúde Municipal em momento algum se negou, fechou ou deixou de fazer, ou pediu alguém ou algum funcionário para a Secretaria. Explicou que dentro do histórico, se teve uma reunião a mais ou menos dois anos, inclusive na Prefeitura de Parintins onde estavam envolvidos alguns órgãos, dentre eles a Procuradora do Estado que, no momento, era a Dr. Leda, onde foi feito um acordo, em que estavam os entes Procuradoria, Município de Parintins e Governo do Estado e tudo que foi acordado naquele momento o Município de Parintins cumpriu efetivamente 100% em tudo que foi acordado nessa reunião e até a mais, pois, naquele momento foram solicitados 10 funcionários e foram enviados 12. Lembrou que o prefeito tem um carinho e respeito muito grande pela entidade HPC, pois, mesmo como deputado estadual ele foi um dos que, com o Governador na época, conseguiu reverter à questão do Convênio do HPC, fazendo, inclusive, um acréscimo de valores naquele momento. Frisou que é inegável algumas pessoas estarem noticiando que a culpa é deste município, porém, isso não procede, pelo contrário, Parintins está fazendo tudo possível para que as coisas aconteçam da melhor forma possível, no entanto, se precisa haver interesses das duas entidades. Em relação ao que falou o Presidente do Conselho de Saúde, comentou que, o Convênio do HPC, inclusive na reunião, foi encaminhado para o Conselho e novamente na prestação de contas, que foi avaliado e dado parecer favorável em relação à questão do Convênio com o HPC, o que disse estar preocupado do Presidente desconhecer essa situação. Continuando disse que a Secretaria de Saúde convida o Conselho para todas as atividades de saúde do Município de Parintins e todas as demandas são encaminhadas para o Conselho de Saúde que é o órgão do controle social. Lembrou que foi falado sobre a quantidade de partos, porém, o município estava no processo de pandemia e antes da mesma, já se tinha feito uma iniciação de conversa sobre a questão da Regionalização no Município de Parintins, que é um processo que vai perdurando há alguns anos em conversa com o Governo do Estado e o Dr.

Cássio que está presente sabe desse empenho e vontade deste município para que se regionalize a questão da saúde no interior do Amazonas e, dentre os municípios, o de Parintins é o que tem o maior interesse, pois, sabe das demandas que tem recebido, inclusive, do Estado do Pará e Parintins não tem recebido recursos efetivamente para isso. Baseado nisso, destacou, que este município, em reuniões realizadas, iniciou-se as discussões para regionalização e especialização das duas unidades hospitalares de Parintins, para qualificar a questão do atendimento a todos que procuram o sistema de saúde de Parintins e especializar as unidades hospitalares e o HPC iria ficar como referência de atendimento materno infantil e o Hospital Jofre Cohen com todas as outras demandas e especialidades, tudo antes da pandemia. Ressaltou que com a chegada da pandemia houve a necessidade efetiva de se especializar as duas unidades hospitalares naquele momento, em que foram direcionados os serviços na linha materna infantil para o HPC, porque o HJC estava atendendo toda a demanda do covid-19 de Parintins, onde se teve situações gravíssimas, mas, nunca se deixou de fazer e negar a responsabilidade voltada para a questão do atendimento, chegando até a 158 pacientes internados, onde foram abertos outros departamentos para atender pacientes, como, o auditório e a clínica de emergência. Lembrou que o quantitativo de partos aumentou realmente como foi citado aqui e a Secretaria de Saúde acompanha sim os relatórios e dados e está sim visualizando e avaliando todas as informações e em todos os municípios vizinhos, assim como Parintins no período do covi-19, aumentaram as demandas de mulheres gravidas e vieram todas para dar à luz em Parintins, aumentando, assim, os partos e em momento algum essa secretaria deixou de repassar os repasses efetivos para o HPC, ordenado pelo Prefeito Bi Garcia. Dando prosseguimento salientou que no dia 01 de agosto a Secretaria de Saúde foi informada que iniciaria as reformas do HPC e que fechariam aquela ala, não atenderiam mais e que disponibilizariam apenas 24 leitos para atenderem a obstetrícia do município e todos os outros seriam demandados pelo HJC, com isso, explicou, que assim como ficou o atendimento materno infantil no HPC, foi remanejado todos os outros serviços de Urologia, Ortopedia, Clínica Médica adulta, para o HJC, então, as demandas que foram informadas e que estavam sobrecarregando o HPC, foram remanejadas para o HJC, onde estão funcionando. Com isso, explicou, que novamente tiveram que abrir o auditório, o Almoxarifado para poder receber as pacientes grávidas e de forma nenhuma ficaram abandonadas. Frisou que ficou impressionado de ver uma pessoa dizer que a Gestão Municipal não tem responsabilidade, compromisso e não está empenhada em resolver a questão do município sobre saúde, porque hoje, Parintins é considerada a maior melhor saúde do interior do Amazonas. Mostrou que o Gestor do HPC falou que na época do covid-19 o HPC não recebeu apoio nenhum da administração Municipal nem da Secretaria de Saúde, porém, foi aberto no HPC uma enfermaria para onde foram encaminhados leitos, ajudado a refazerem a rede de oxigênio, encaminhados teste do covid-19 e equipamentos para outras

Unidades Básicas de Saúde – UBS. Proferiu que é inegável todo trabalho que a Administração vem fazendo na Saúde de Parintins e que é preciso dizer à população. Em seguida mostrou uma planilha com faturamento anual do HPC e os valores de repasses contratualizado pelo SUS de 2019, 2020 e 2021 e que está à disposição de qualquer pessoa que queira receber isso. Esclareceu que no ano de 2020 foi solicitado pela direção do HPC e pela DIOCESE um acréscimo 15% do valor do repasse, que foi devidamente feito pelo Gestor Municipal, Prefeito Bi Garcia e neste ano 2021 foi aumentado esse termo em 5% do valor para ajudar na situação do HPC. Após mostrar algumas planilhas do Ministério da Saúde disse que em momento algum foi reduzido o valor que foi conveniado em 2019, que foram dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil reais de produção e o repasse foi de deis milhões setecentos e cinquenta e nove mil reais, com uma diferença positiva de mais de cento e sessenta mil reais. Falou que em 2020 produção geral foi de dois milhões, seiscentos e seis mil reais e foram repassados três milhões, cento e setenta e três mil reais para o HPC. Com diferença positiva de mais de quinhentos e sessenta e sete mil reais. Falou que em nenhum momento o município pediu o dinheiro de volta que foram repassados a mais. Destacou que até o final deste ano com acréscimo de 5% terá sido repassado três milhões, trezentos e quarenta e seis mil reais, tendo um saldo de um milhão, duzentos e sessenta e três mil reais, com uma diferença maior de mais de trezentos e quinze mil reais. Neste momento convidou a Dr. **LÍVIA AZEVEDO DE CARVALHO** – Defensora pública do Polo Baixo-Amazonas para fazer uso da palavra, a qual cumprimentou os presentes e disse que está em Parintins desde abril deste ano e que tem acompanhado este caso do HPC. Falou que hoje está em uma situação confortável, porque não está defendendo nenhum lado, mas que, na verdade, a Defensoria Pública tem uma missão constitucional, que é prestar toda justiça integral e gratuita às pessoas necessitadas, algo que se sente honrada porque a prestação desse serviço de justiça gratuita não simboliza só oportunizar que as pessoas tenham acesso ao Judiciário, mas para que as pessoas tenham acesso aos seus direitos fundamentais, sobre tudo aqueles previstos na Constituição. Reforçou que em 2016 foi promulgado o Marco Legal da Primeira Infância, a Lei nº 13.257. Falou que esse Marco Legal da Primeira Infância é pertinente para este debate, porque desde a Constituição de 1988 foi estabelecido que a Criança e Adolescentes tivesse prioridade absoluta desrespeito a algumas diretrizes, sobre tudo, a priorização da destinação dos recursos públicos, ou seja, a Constituição, com intuito de eleger esses indivíduos diante dessa natureza da sua personalidade, atribuiu prioridade absoluta em 2016, tendo em vista, a necessidade de priorizar a primeira infância, que corresponde até os seis primeiros anos de vida das pessoas. Destacou que, falando em Saúde, todos já passaram por um momento muito difícil e como foi um momento desafiador ao Sistema de Saúde encarar uma pandemia, porém, hoje está aqui para falar sobre o direito à vida. Falou que as crianças precisam ter um parto humanizado, dignidade no momento do atendimento de saúde das gestantes também. Comentou que em

junho e julho deste ano a Defensoria começou um trabalho e está desenvolvendo um Projeto sobre a Violência Obstétrica, mas, também, papear como tem sido o atendimento das gestantes e de Pré-natal no Município de Parintins. Lembrou que foi encaminhado Ofício solicitando informações ao HPC a respeito desse atendimento e, na oportunidade, se teve uma Reunião com a Senhora Maria de Jesus, que deu alguns panoramas do hospital e, na época, já adiantou a cerca da necessidade da reforma do HPC e depois a defensoria foi comunicada formalmente. Registrou que, na época, houve a necessidade de um Projeto maior e foi enviado um Ofício à prefeitura para fornecimento das informações a cerca dos atendimentos de Pré-natal em Parintins, porém, não foi respondido e conversou com o Secretário Clerton presencialmente e encaminhou novamente para o mesmo o Ofício, mas, também não foi respondido. Por isso, disse que se começou a ficar em uma situação complicada porque precisam dessas informações para dar andamento naquele Projeto e, diante disso, novamente entrou-se em contato com a direção do Padre Colombo, quando lhe foi reforçado a cerca da diminuição dos leitos e, como houve realmente um aumento das mulheres grávidas no período da Pandemia, a Defensoria enviou uma recomendação, no dia 20 de setembro, ao Estado do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Parintins, a cerca da necessidade de ampliação dos leitos de atendimentos de grávidas em Parintins, pois, se havia um quantitativo de 35 leitos antes da pandemia, eventualmente era até maior, porque existiam dois hospitais no atendimento, agora com aumento das mulheres grávidas se tinha um número menor de leitos, reduzido do quantitativo, tendo em vista que, já que parte do HPC tinha sido isolada, foi feito remanejamento para outra parte do Hospital. Falou que a questão complicada do problema verificada no HPC não é somente de repasse de dinheiro, porque o que lhe foi informado nessa oportunidade é de que, mesmo que viessem ou chegassem os recursos não tinham como a ampliação sem fazer reforma. Destacou ainda que também foi encaminhada no dia 20 de setembro deste ano uma recomendação ao Estado e o mesmo não respondeu, solicitou um aumento de prazo e informou que no momento da apresentação do Planifica/SUS, o Secretário Adjunto iria, de maneira manifesta, falar a cerca da recomendação, o que não foi feito, reiterou-se e também não houve resposta do Estado do Amazonas até a presente data. Lembrou que em relação ao Município de Parintins lhe foi informado que não haveria o credenciamento do HPC para prestar esse tipo de atendimento. Falou que ficou uma situação em que não houve uma resposta para a problemática em si, que era o aumento da prestação do serviço. Comentou que a decisão no fechamento do HPC a Defensoria Pública não teve nenhuma participação nisso, porém, foi feito a comunicação à Defensoria de que isso iria acontecer e prontamente o município se dispôs a atender as mulheres. Retomando sua fala a cerca do Dever Legal do Estado e da Sociedade em priorizar a primeira infância, disse entender a urgência da situação, mas, é preciso se projetar para o futuro e ter em mente se esse tipo de atendimento que está sendo feito hoje é o que se adéqua ao dever legal que deve ser

feito pelos gestores e pelo Estado. Avisou que a sua preocupação, enquanto defensora das pessoas que necessitam desse acesso à justiça, é que isso se programe. Afirmou que esta semana esteve presente no Hospital Jofre Cohen e teve a oportunidade de conversar com a direção, a qual apresentou qual era o Planejamento do referido hospital, para prestar esse atendimento, e lhe foi informado que num intervalo de menos de três dias já se tinham feitos 21 partos contabilizados, que era um quantitativo alto em relação ao eventual número que era feito anteriormente, que já havia essa projeção de aumento e, inclusive, aumentaria os leitos para 44. Comentou que antes do HJC retornar esses atendimentos as gestantes o município só disponibilizava de 24 a 25 leitos, mas, o que foi conversado francamente é de que haveria a necessidade de ampliação dos atendimentos e que acredita que hoje, se conseguindo pontuar essas questões pode-se ter uma projeção do que vai ser tomado. Destacou que entendeu que o HPC se prontificou a continuar atendendo ao SUS, mas, que existe uma perspectiva de atender ao público privado e reiterou que o HPC, enquanto entidade particular e que presta um serviço público, não tem obrigação nem o dever legal de prestar integralmente esses serviços de saúde à população por meio do SUS, então, explicou, se o referido HPC tem um planejamento para atender particular ao Estado e o Município eles devem se comprometer em complementar esses serviços, sobre tudo, às mulheres gestantes. Finalizou dizendo que o panorama foi apresentado e espera que os Gestores e o Estado do Amazonas deem as providências cabíveis que, inclusive, a Defensoria já solicitou ao Estado, porém, não se teve uma resposta formal sobre que maneira isso será implementado, mas, de toda forma, desde sexta-feira da semana passada o HJC já vem atendendo as mulheres e, agora, a sua preocupação é que esse atendimento seja feito de maneira eficiente e que se consiga a ampliação dos atendimentos às mulheres. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Dr. **MARCELO BIRATÃES** – Promotor de Justiça – Ministério Público do Amazonas, que cumprimentou os presentes e falou que o Ministério Público vem tentando acompanhar a situação do HPC e já faz dois anos que tem um procedimento administrativo, no âmbito do Ministério Público, em relação ao possível fechamento do HPC. Comentou que entre idas e vindas e negociação, envolvendo até o chefe da instituição na época em que a Dr. Leda era Procuradora-Geral, até o momento não se conseguiu chegar a um ponto para que essa situação seja resolvida de uma forma mais definitiva. Falou que tem reuniões, praticamente, mensais com ambos os lados, tanto com HPC, quanto com a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde para tratarem do tema relacionado ao HPC. Falou que é um assunto que já está desgastando tanto os gestores, quanto os demais envolvidos e que é preciso se buscar uma solução

para esta problemática. Salientou que com o convite para esta Audiência Pública, compreendeu como sendo algo para se buscar o entendimento, porém, frisou, que pelo que compreendeu neste lugar é troca de acusações. Destacou que se for para apurar responsabilidades sugeriu a Câmara Municipal que não faça uma Audiência Pública, mas que instaure uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI e investigue adequadamente. Acentuou que o que está acontecendo nesta Sessão hoje, esse fechamento desse hospital é responsabilidade de todos, da Prefeitura do Hospital Padre Colombo, da Arqui Diocese, do Estado do Amazonas, onde todos estão tentando se eximirem de responsabilidades, porém, todos são responsáveis. Discorreu que esteve em reunião na segunda feira com o Secretário de Estado da Saúde, junto ao Secretário Adjunto, Sr. Cássio Espírito Santo, com Procurador-Geral do Estado, com a Assessoria Jurídica e com a Coordenação do Ministério Público, o qual, entende que a principal responsabilidade é do Estado e que o mesmo precisa retomar a saúde de Parintins, coordenar, até porque esta saúde não é apenas deste município, ela é responsável por todo o Baixo Amazonas. Destacou que está na hora do Estado retomar a sua responsabilidade, voltar a coordenar e retirar essa municipalização que não está se mostrando eficiente, pois, os gestores municipais não estão se mostrando capazes de gerirem no âmbito do município. Falou que, sendo assim, compete ao Estado exercer a sua função constitucional, inclusive de retomar a saúde no âmbito de Parintins e do Baixo Amazonas e reorganizar a estrutura do município, que já ultrapassou dessa hora. Pediu desculpas com a veemência com que está falando, porque, realmente está cansado, pois, lida com isso a cada 15 dias, que tem discussões em relação ao HPC a cada 15 dias, o que já passou da hora e precisa ser resolvida de uma forma definitiva. Falou que chegou a hora do HPC definir o que deseja. Disse que o HPC se mostrou com o desejo de atender de forma híbrida, ou seja, atender ao SUS e também particular, o que, na segunda feira, o Sr. Cássio Espirito Santo tinha apresentado essa proposta e que entende que a partir desse momento é preciso começar a trabalhar com base nessa linha de entendimento, já que os dois lados se disponham a atuarem de uma forma, chegou a hora de

todos começarem a negociar e atuar dessa forma. Afirmou que vir hoje a esta Audiência e trazer pessoas para baterem palmas como torcida, não adianta, pois, tentar apontar o outro lado como culpado, não adianta, não se vai resolver o problema, o que precisa é tentar resolver isso de forma definitiva, uma forma que seja sustentável para o HPC, já que o mesmo alega que não tem condições de exercer com 100% o SUS, por isso, é preciso se buscar outras formas. Destacou que o município não pode negar atendimento do SUS de pacientes de outros municípios, porque é Sistema Pleno, é único, porém, precisa buscar entendimento com outro ente federativo e organizar essas formas de distribuição de verbas e outras formas, pois isso, não compete ao município e sim ao Estado. Finalizou reiterando que, já que o município tem se mostrado ineficiente, cabe ao Estado, no momento, reorganizar a saúde e depois de estruturado o município pode-se novamente tentar a municipalização, porém, neste momento, cabe uma intervenção do Estado no Município de Parintins, porque o fechamento de um hospital é grave e ainda se estar em uma pandemia. Prosseguindo o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Dr. **CÁSSIO DO ESPÍRITO SANTO** – Secretário do Interior da SES, que está de forma remota, o qual cumprimentou os presentes e disse que teve conversa com o Ministério Público esta semana e que a Secretaria de Estado de Saúde- SES, já vem atuando em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Parintins na organização do sistema para que não falte nada para a população. Falou que desde que aconteceu o fechamento da Unidade Hospitalar Padre Colombo a SES tem atuado em conjunto, abrindo mais leitos no HJC, foram transferidos equipamentos, organizadas as estruturas física para que se conseguisse receber mais pessoas, tanto que, hoje se está chegando a 46 leitos obstétricos no HJC. Destacou que a intervenção é um caminho tortuoso e difícil, então, o Estado, neste primeiro momento, prefere entrar como apaziguador e daí, em parceria com as duas instituições, tentar resolver. Disse que o HPC se refere, como visto no slide das estruturas físicas, das dificuldades e outros. Falou que a Secretaria de Estado, segundo a Legislação, não pode ajudar nisso, nessa situação, pois não pode reformar uma unidade que não é sua, que filantrópica. Afirmou que a remessa de recursos que

são enviadas, sabem que não são suficiente, porém, o que precisa ser entendido é que se precisa de mecanismos formais e comprovação para que se tenha essas remessas de recursos sendo envolvidas. Comentou que a questão de atendimento das pessoas do Pará em Parintins precisa ser resolvida. Prosseguindo disse que através antigamente se fazia o convênio diretamente a Diocese, mas, agora, a partir da Resolução 049/2020 a transferência fundo a fundo para manutenção de saúde do HPC, que tem um total anual de dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e sete mil reais e noventa e oito centavos e através do RH foi disponibilizado um quantitativo de 176 profissionais de nível médio, médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagens, assistentes sociais contratados pela Secretaria de Estado de Saúde para atuarem nessa unidade hospitalar. Foram feitos ainda doações de equipamentos, PPS, medicamentos durante a pandemia do covid-19. EPIs de covid-19 289.000 foi comprado até o final do ano em termos de fomentos e ainda vai passar oito milhões e meio de reais e até o momento ainda passou cinco milhões e novecentos mil até junho. Falou que a produtividade média de janeiro a junho de 2021 HPC, produzido pelo CIAH cento setenta e seis mil reais e produção CIA setenta e seis mil reais, que dá o total de duzentos e cinquenta e dois mil reais. Salientou que hoje o que é repassado, através da produtividade da prefeitura, é de duzentos e oitenta e oito mil reais, mas o recurso da Resolução CIB é de duzentos e dezesseis mil reais/mês. Explicou que neste momento, evidenciado pela própria Diocese que a estrutura física do HPC não tem condições de ficar abarcando, tanto a parte de internação, quanto a parte de cirurgias, por isso, a proposta da Secretaria de Estado é que sejam transferidos os atendimentos do HPC para o HJC, aonde já foram adequados os espaços, por isso, ninguém vai fechar nada, pois, na verdade, o que será feito é transferência dos serviços de uma unidade para outra. Mostrou que a proposta da SES transferir os recursos humanos e equipamentos para que se possa continuar atendendo a população sem ter a descontinuidade no serviço e após a organização da estrutura física do HPC, que se trace novas metas, um novo convênio dentro do que é proposto e legal. Explicitou que existem no Amazonas duas instituições filantrópicas, uma se chama Beneficente

Portuguesa e a outra HPC. Explicou que a forma correta de contratação do Estado do Amazonas com a Beneficente Portuguesa e contratar os procedimentos e paga, via tabela SUS, esses procedimentos, porém, os recursos humanos, insumos e equipamentos não são do Estado e sim da prestadora de serviço; já no HPC, ao longo de 20 anos, houve uma distorção disso tudo. Então, como está preconizado hoje, aclarou, que o convênio como vem funcionando, está fora dos padrões que deveria ser correto e legal. Sendo assim, disse, que da mesma maneira que amanhã o HPC for contratualizar com um plano de saúde para atender privado, não vai poder usar o RH do SUS, da SES nem os equipamentos e insumos do SUS para fazer isso. Finalizou dizendo que no momento não se precisa de uma intervenção, mas, de colaboração e trabalho em parceria e que o Estado sempre se colocou a disposição e que, neste momento, fazer a reorganização do HJC, que atualmente está com 46 leitos obstétricos que vai dar retorno para a população e ainda, serão instalados novos serviços, como UTIs, Tomografia, contratação de serviços neonatologia 24 horas, ajuda no serviço de UTI, contratar RH e quando o HPC se reestruturar certamente será feito novo convênio dentro dos preceitos legais. Dando continuidade o Senhor Presidente convidou o Excelentíssimo Senhor **FRANK LUIZ DA CUNHA GARCIA** – Prefeito Municipal de Parintins, que cumprimentou os presentes e falou que é preciso entender primeiro como funciona no Brasil a questão da saúde publica. Afirmou que a gestão e o financiamento do SUS é Tripartite, ou seja, governo do Estado, Federal e Municipal. Explicou que as normas mudaram e se criou um termo de Gestão Plena, que é comandada pelo município, com parceiros de Governo Federal e Estadual. Reiterou que o financiamento do SUS é tripartite, independente da condição de habilitação da gestão do município. Falou que o financiamento do Estado e Governo Federal continua de acordo com sua responsabilidade quanto ao nível hierárquico de financiamento do serviço de média e alta complexidade. Disse que o valor da tabela SUS é definida pelo Ministério da Saúde, não é pela Prefeitura de Parintins. Comentou que o Teto MAC, que é a Média Complexidade de Parintins, é limitado de acordo com a pactuação programada, integrada no PPI do Governo do Estado do

Amazonas e, assim, toda a programação física financeira de procedimento do Sistema Público de Saúde de Parintins é com base no Orçamento disponível pelo Teto MAC vigente e nos parâmetros assistenciais estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Informou que o município está desde 2017 solicitando a revisão do PPI, para aumentar o Teto MAC e, assim, poder ampliar sua programação física e orçamentária que, estão, permita aumentar os valores contratualização de serviços. Disse que os questionamentos de aumentos de valores de contratualização do Teto MAC devem ser levados aos entes estaduais e ao federal. Destacou que a última revisão desse Teto MAC aconteceu em 2005 e já são 16 anos sem revisão. Falou que tudo que é contratual, acertado com os prestadores de serviços e, nesse caso, disse que se ateria apenas ao HPC, é fruto do SUS que é tripartite, envolvendo a União, Estado e a Prefeitura de Parintins e o HPC é contratado para prestar serviço. Destacou que na série histórica de prestação de serviço do HPC é importante, embora o Dr. Marcelo tenha dito que o passado não interessa, o que entende que interessa muito, porque é a base para se ter compreensão do trabalho realizado pelo HPC e, se ficou recursos passados, é precipitado fechar um hospital que não cumpriu suas metas em 2019, em 2020, que tem saldo a pagar para a população parintinense com atendimentos. Lembrou que os quinhentos mil reais que o HPC recebeu a mais em 2020 e cento e sessenta e sete mil reais em 2019, não devolveu e se não alcançou a meta, está devendo serviços de atendimentos à população parintinense, porque recebeu dinheiro a mais. Lembrou que na referida série histórica do HPC, 2019 e 2020, a série produzida foi abaixo do valor global da contratualização com o referido hospital nos respectivos anos. Frisou que no ano de 2020 o HPC o Município de Parintins concedeu um aumento de 15% e quem decidiu esse reajuste decidido pela Administração deste município, passando o valor do convênio que era de duzentos e vinte e nove mil reais, passou para duzentos e sessenta e quatro mil reais mensais; o valor anual que era de dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil reais, passou para três milhões, cento e setenta e três mil reais. Falou que em 2020 houve significativa redução de demandas no HPC, tanto de internação, quanto na urgência e emergência,

embora tenha havido, já nesse período, a concentração da maternidade e neonatologia, porém, o município jamais cogitou reduzir os valores contratualizados e nunca se posicionou dizendo que o referido hospital estaria devendo e que teria de devolver o que havia recebido a mais, porque sempre entendeu que poderiam devolver com atendimento público. Registrou que o município implantou um serviço de atendimento no Bumbódromo em 2020, o qual absolveu grande parte das demandas de serviços de urgência e emergência e, assim, o HPC teve uma diminuição nos seus atendimentos e neste mesmo ano, embora o HPC não tivesse referência para o Covid-19, recebeu um aposte de repasses do Ministério da Saúde, repassado pela Prefeitura de Parintins e negociado com a bancada federal de senadores e deputados federais para criar verbas específicas para entidades filantrópicas que prestam serviços na saúde no covid-19, porém, o HPC não trabalhava com o covid-19. Falou que o HPC recebeu um cheque de dois milhões, setecentos e cinquenta em um mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos e atendeu 117 grávidas positivadas. Disse, ainda, que no ano de 2020 o HPC internou 117 parturientes que estavam positivadas para covid-19 e que os quais não tiveram como a causa da internação o covid-19, mas, foram internadas para fazerem o parto. Destacou, também, que em 2020 o município concedeu, em uma reunião em seu gabinete, mais 5% para a produção do HPC, tirando da produção deste município e dos recursos repassados ao mesmo. Divulgou que em 2021 o valor mensal do HPC era de duzentos e sessenta e quatro mil reais na sua produção média e passou para duzentos e setenta e oito mil reais; o valor anual que seria repassado para o HPC este ano era de treze milhões, cento e setenta três mil, receberá até o final do ano treze milhões, trezentos e quarenta e seis mil reais. Falou que em 2021 se a produção global do HPC for maior que a contratualização, o valor da diferença tem compensação e outros valores custeados e repassados ao hospital, como por exemplo, o repasse de trezentos mil reais extra por parte da prefeitura. Frisou que os repasses procedentes são de acordo com os prazos de competência e apresentação no Ministério da Saúde, assim, as altas de janeiro, são competência 02 apresentadas em março, ou seja, o que se produz em janeiro, se apresenta

dois meses depois, cujo pagamento se faz no início de abril e o atendimento da urgência, emergência, demais atendimentos ambulatórios e apoios diagnósticos fica apenas um mês dentro. Continuando explicou que o HPC recebe as altas dos meses de agosto e setembro, e atendimento da urgência e emergência de setembro, e considerado o fechamento dos, ainda haveria quatro meses no total do ano de 2021 a serem pagos. Salientou que, como o valor global da contratualização SUS neste município de 2021 é de três milhões, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e noventa reais e vinte centavos e o que foi apresentado de procedimento até agosto foi de dois milhões e oitenta e três mil reais, ainda tem como saldo na contratualização, um milhão, duzentos e sessenta e três mil a ser recebido até o final deste ano. Falou que se for dividir o valor de um milhão, duzentos e sessenta e três mil por quatro meses, vai dar aproximadamente trezentos e quinze mil reais, que é o valor que está acima da produção mensal que o HPC tem apresentado, cujo, o maior valor em 2021 chegou a cento e noventa e oito a trezentos e seis mil, cento e noventa e oito reais e dezoito centavos. Portanto, ressaltou que o valor financeiro do SUS não fica em débito nenhum centavo para o referido hospital, a prefeitura não deve nenhum centavo ao HPC. Frisou que não atrasou o pagamento em nenhum dia, segundo postou em rede social um padre, e que é mentira que o dinheiro chega e é repassado com atraso, pois, determinou que a hora que chegar o dinheiro seja transferido para o referido hospital imediatamente. Lembrou que Dra. Leda Mara, Procuradora Geral do Ministério Público, veio a Parintins no momento novamente der crise de pessoal para o HPC, porque a Diocese tinha cinquenta e dois funcionários que eram pagos pela Diocese estava muito pesado para e funcionamento pleno do HPC. Frisou que o Dr. Cássio participou dessa reunião que foi no seu gabinete, que o Padre Mauro não estava nessa reunião e que o ouviu em seu discurso, ou o Dom Giuliano orientou ele de forma errada ou foi a Irmã Laura que estava na reunião. Afirmou, que segundo a Ata da Reunião, a Dra. Leda pediu, junto com um membro do Ministério Público, Dra. Eliana Guedes, que a Prefeitura ajudasse o OPC imediatamente com dez profissionais, por três meses, envolvendo enfermeiros, e que o Governo do Estado, e o Senhor

Cássio, Secretário da SES, estava presente, ficaria responsável de abrir uma Auditoria dentro do HPC, de avaliar a possibilidade da contratação de cinquenta e quatro funcionários para o referido hospital e de assumir a conta do oxigênio e a conta de energia. Frisou que energia e oxigênio nunca foi responsabilidade da Prefeitura, está registrado em Ata. Disse que o HPC pediu dez funcionários e a Prefeitura de Parintins mandou doze e só não estão até lá hoje porque o HPC devolveu os funcionários. Destacou que sempre defendeu os interesses do HPC, assim como esta registrado em Ata, quando diz: "Quando o Prefeito usou a palavra: o prefeito então se posicionou dizendo que não se pode esperar pela efetivação da regionalização da saúde para resolver os problemas imediatos de recursos humanos, para suprir a necessidade de funcionários do hospital e propôs que o Estado faça a contratação de cinquenta e quatro funcionários que atuam no Hospital Padre Colombo, que eram ou que são funcionários contratados pela Diocese. Dentro da contratação direta que o Estado vai fazer, dos técnicos de enfermagens que atuam através da terceirização e não pode ser cogitada a possibilidade de redução de atendimento no hospital, pois, além da população de Parintins atendemos os demais municípios do Baixo Amazonas. Se manifestou dizendo que não tinha como repor sobre essa possibilidade do momento e precisava (aqui é Secretário Cássio) destinar a contratação de recursos para atuarem no HPC, assim, a Dra. Leda Mara Albuquerque fez uso da palavra para definir o encaminhamento da reunião consensual entre o Ministério Público, a Prefeitura, Diocese e o Estado. o Estado se comprometeu em vinte dias dá retorno ao Município de Parintins e a Diocese quanto à proposta estabelecida: a responsabilidade do Estado em assumir a contratação temporária de cinquenta e quatro funcionários que labutam atualmente no HPC. A contratação referida ficará condicionada a possibilidade legal de contratar (aqui o Prefeito explicou, ou seja, eles deixaram bem claro, se for legal, se contrata, porém, se não for não se deve contratar) temporariamente a instituições filantrópicas. O Estado assumiu fornecimento de oxigênio do HPC com as alterações necessárias ao convênio. O Estado conveniar com o município para custear o serviço do HPC durante um ano, a demais, o estado de possibilidades

de serviços de auditoria no HPC a fim de detectar os problemas relativos aos recursos humanos, estrutura física e financeira no prazo de trinta dias. Sem que mais nenhum participante tomasse uso da palavra a Dra. Leda Mara Albuquerque deu por encerrada a presente reunião." Com base no que foi lido, o Prefeito frisou que o município não mentiu, que oxigênio e energia nunca foi para passar para a prefeitura de Parintins. Continuando, o Prefeito destacou que em 2015 encerrou o Mandato do Senador Omar Aziz como Governador do Estado do Amazonas, entra o Governador José Melo e cria uma dificuldade para renovar o convênio com o HPC, passam seis meses sem convênio, Dom Giuliano lhe procura e diz que tem um débito de quase oitocentos mil reais, porque na época era cento e dez mil reais mensais que o Governo repassava para o HPC, e que esse buraco que fica de um convênio para outro o referido hospital estava acumulando dívidas, que não aguentava mais, os fornecedores não conseguem mais segurar até a renovação desse contrato que estava há seis meses sem renovar e existia esse retroativo. O Prefeito falou que na época era Deputado Estadual e que procurou o Governador José Melo, o qual tinha alguns problemas políticos com a Diocese e pediu para que ele superasse isso, que não podia prejudicar a população de Parintins, foi então que o Governador disse que não pagaria para traz, ou seja o retroativo, que não tinha legalidade para fazer isso, os seis meses era pra esquecer, que não tinha como pagar. Então lembrou que disse ao governador que existia uma fórmula boa e o governador perguntou qual era, sugeriu que dobrasse de cento e dez mil reais, para duzentos e vinte por seis meses, depois voltaria para os cento e dez mil reais, o governador respondeu que poderia ir a Secretaria e fechar o acordo, o que foi e fechou o novo convênio de duzentos e vinte mil reais, que era por seis meses e está até hoje. Afirmou que o convênio hoje está em duzentos e trinta reais, porque todo ano se dá um acréscimo a mais e a Prefeitura de Parintins, devido problemas jurídicos, pelo estado dar essa ajuda financeira ao HPC, frisou que disse a Dom Giuliano, que se ele quisesse a Prefeitura recebe fundo a fundo e repassa imediatamente para o mesmo, o que aceitou sem problemas. Assegurou que desde quando a Prefeitura de Parintins começou a receber os recursos do HPC não atrasou um dia sequer,

pois, quando cai na conta é transferido imediatamente para a conta do HPC. Frisou que com os recursos do SUS é a mesma coisa e afirmou que em dois anos aumentou 21% a mais da tabela do SUS, a mais da produtividade do referido hospital. Lembrou-se do pronunciamento do Dr. Cássio explicou sobre essa comparação do HPC com a Beneficente Portuguesa, o mesmo é muito beneficiado do ponto de vista TRH pago pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Parintins, porque isso não existe, pois, o HPC é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, que presta serviço para o SUS e que o RH, os médicos, vigias, serviços gerais, técnicos de enfermagens, enfermeiros, tudo tinha que ser da Diocese de Parintins, do HPC, que recebeu dinheiro do Governo Federal, do contrato com o Estado. Explicou que a Prefeitura poderia muito bem contratar os serviços do HPC e pagar os seiscentos e três mil reais mensais sem liberar nenhum funcionário. Destacou que não existe atraso de pagamento de funcionários da prefeitura e que é o maior colaborador do HPC, que sempre que pedem médicos e funcionários a mais tem cedido; que pediram mais funcionários para o período do covid-19 e mando 15, porém, quando passou pediu de volta e solicitaram que ficassem, permitiu. Com isso, afirmou o prefeito, que o quantitativo foi crescendo e agora, com o fechamento do HPC, devolveram dez médicos e 52 funcionários. Lembrou que o HPC funciona com 14 médicos, sendo 04 do Estado e 10 do Município de Parintins, pago pela Prefeitura. Assegurou que todo o mês tira dos recursos da Prefeitura, e os vereadores são cientes disso, para pagar folha de médicos, mais de um milhão e duzentos mil reais, para ter neste município esse quantitativo de médicos. Disse que não foi a Prefeitura de Parintins que fechou o HPC, foi uma decisão precipitada da direção do mesmo e não esperaram receber os recursos do SUS que é contabilizada só daqui a três meses. Salientou dizendo que a direção do HPC diz que já alcançou as metas, porém, não alcançou todas as metas que, segundo o que está registrado no Ministério da Saúde é que o HPC abasteça o sistema e não a Prefeitura, pois, lá está que não foram cumpridas todas as metas. Falou que o HJC, mesmo com todas as dificuldades nunca deixou voltar gente da porta, nem mesmo do Estado do Pará. Frisou que neste ano pesado da

pandemia, seria lógico que o HPC iria ter uma superprodução, porque o outro hospital fechou para atender e salvar a vida dos que foram acometidos do covid-19, e agora informa que já produziu o que tinha de produzir este ano, mas, não olha o saldo de 2019, de 2020 e nem a média de atendimento para fechar o ano de 2021. Apartou que se o problema de fechar o HPC for para a reforma, que digam, mas, não fiquem dizendo que a Prefeitura de Parintins não que contratar, pois, lamenta as agressões que tem recebido do referido hospital, que usam até a Senhora Jesus, que é a Diretora Oficial do HPC para dizer que a prefeitura não repassa dinheiro, que não quer ajudar o HPC, porém, fizeram uma rifa há poucos dias e que deu a permeação foi a Prefeitura. Disse que tem história de luta por esse hospital, que quando o Dom Giuliano lhe liga dizendo que está atrasada a parcela, vai até a SEFAZ para liberam o pagamento do HPC e que várias vezes já fez isso. Afirmou que a reunião feita da Prefeitura com a Dr. Leda, o município honrou até mais de 100% de sua parte. Salientou que quando fala que a decisão foi precipitada é porque os números estão claros e se o dinheiro é insuficiente, é preciso buscar entendimento com os entes do SUS que é a União, o Estado e o Município. Disse ser ciente que em 2019 recebeu recurso a mais, que 2020 recebeu quinhentos mil a mais, era só aguardar a fechar o ano, porém, tomaram essa decisão e tentam jogar a culpa para a Prefeitura. Registrou que dos recursos do Governo Federal e dos recursos do Estado a Prefeitura é uma mera repassadora e o dinheiro de apoio que o Estado dá para o HPC é de duzentos e trinta mil média/mês. Lembrou que sobre os ofícios que recebeu da direção do HPC, não respondeu porque não aguenta mais, pois, todo tem é querendo mais e produzindo menos. Frisou que se o HPC quer prestar serviço para o SUS, é preciso entender que o pagamento é três meses após a prestação do serviço, porém, se não quiser mais, que tem projeto para reformá-lo em um hospital privado para atender particular e que tem uma ala que pretende atender o SUS, tudo bem é só fazer o acerto, no entanto, disse o prefeito, a "corrente quebrou" e é preciso juntar os elas da mesma, pois, o Ministério Público e a Defensoria estão presentes. Disse que existem coisas humanitárias da parte do município, mas, erradas juridicamente, ou seja, fornecer funcionários para uma instituição

privada paga pelo Poder Público e que recebe pelo serviço, correndo o risco de sofrer penalidades dos órgãos de controle. Disse ter o maior respeito pela Diocese, que sua relação com a mesma sempre foi e lamenta que isso começasse a tumultuar de certo tempo para cá pelo HPC. Destacou que a justiça entendeu muito bem, de que o HPC tem que funcionar e que, mesmo sendo devolvido de forma grosseira os funcionários e médicos para o município, disse de público, que a Prefeitura devolve os dez médicos, os cinquenta e dois funcionários para que o hospital funcione e acredita que o Estado fará a mesma coisa. Explanou que ouviu o Promotor falando em CPI, outros falando em intervenção, porém, o Município de Parintins não deve nada ao HPC, nunca atrasou repasses, tem funcionários dentro do referido hospital. Lembrou que disse a Dom Giuliano que parecia que o Senado iria aprovar uma Lei para repassar um valor para as instituições filantrópicas trabalharem no combate ao covid-19, porém o HPC não estava trabalhando com isso, quem trabalhava era o HJC, de responsabilidade da Prefeitura. Lembrou que o HPC cedeu trinta leitos para a Prefeitura e que a mesma colocou RH, medicamentos e foram para lá trabalhar, onde esteve pessoalmente onde esteve a beira leito de alguns pacientes de madrugada porque estava preocupado de que não estavam preparados para receberem pacientes com covid-19 e queria saber se o pessoal que foi treinado e preparado estava atuando. Disse que o município não pode arcar sozinho com os problemas do HPC, pois, isso é tripartite, são três entes, Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal. Frisou que na sua consciência, se o HPC recebeu a mais, tem que atender a mais, para compensar o que recebeu em 2°19, 2020 e provavelmente receberá em 2021, porque pela média do que já foi produzido este ano, até agora, se continuar nessa média até o final do ano, o HPC receberá a mais, trezentos e quinze mil reais. Lembrou que só de 2019 e 2020 tem um acumulado de um milhão e cinquenta e um mil reais a mais que o HPC recebeu e que o mesmo precisa repor em serviços para a população parintinense. Lembrou que fez todo o tipo de proposta para o Governo do Estado contratar esses cinquenta e dois funcionários para o HPC, mas, não conseguiu. Falou que esses contratos feitos com o HPC são estimados, que provavelmente

atenderão uma certa quantidade de pessoas, que o número não é fixo e se atendem certo número, não se pode dizer que foi o que estava no contrato. Finalizou pedindo compreensão desta Casa que seu posicionamento é totalmente contra o fechamento do HPC, que continua mantendo os investimentos que a prefeitura tem com o mesmo, que não o hospital deveria fechar somente uma ala para reforma e continuar atendendo, mas, não fechar por inteiro e aguardar a fechar o ano. O Senhor Presidente registrou a presença do Dr. Rondinelle Viana – Procurador Geral do Município de Parintins; Padre Dorival Nascimento – Vigário Geral da Diocese de Parintins; Irmã Laura – Assessora administrativa do HPC; Dra. Tereza Cristina de Oliveira – Médica Gerente Técnica do HPC; André Acauã – Subsecretário de Saúde; Rosimar Marinho – Chefe de Gabinete; Harald Dinele – Controlador Geral do Município; Joseane – Diretora do HJC e Juscelino Manso – Advogado e Ex-presidente desta Casa. Neste momento o Senhor Presidente facultou a palavra às pessoas da Galeria que se escreveram. Passou a palavra a Senhora **JOANA DARC** – Responsável pela Associação Cristã Trabalhista e como Usuária do SUS, que cumprimentou os presentes e disse que faria duas perguntas, a primeira direcionada ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde e a outra para o Dom Giuliano. Na primeira pergunta disse: "Presidente José Augusto, durante todo esse tempo que foi repassado recursos vigentes, tanto do Governo Federal, Estadual e Municipal, por alguma vez o HPC fez alguma prestação de contas, junto ao Conselho?" Na segunda pergunta disse: "Dom Giuliano, considerando que foi apresentado no slide problema de reforma que se faz necessário, se a Diocese tem condições de bancar sozinha com a mesma, uma vez que o HPC é muito importante para a população?". Em seguida o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Dom **GIULIANO FRIGENE** para responder o questionamento direcionado a ele, o qual disse que os recursos vieram do Papa, que ajudou o HPC na crise da pandemia, e que já tinha conversado com o mesmo da necessidade dessa reforma, para servir melhor esta cidade. O Senhor Presidente passou a palavra Senhor **JOSÉ AUGUSTO** para responder o questionamento direcionado ao mesmo, o qual disse que o Conselho Municipal de Saúde, através de suas comissões tem se

debruçado nas análises de prestação de contas e que têm pautas para a próxima reunião sobre este assunto. O Senhor Presidente concedeu a palavra a Irmã **LAURA CANTORI**, que cumprimentou os presentes e disse que é uma missionária Italiana estrangeira e que sua vida é doada para servir, em nome de Deus, a população mais carente. Frisou que ficou ofendida em pensarem essas insinuações que a Diocese e os missionários fiquem com dinheiro ao invés de usá-los para servirem melhor o povo. Esclareceu que investimentos precisam ser bons. Lembrou que chegou ao HPC, a mando da Diocese, e encontrou um hospital que quando entrou se assustou de o mesmo não ter condições higiênicas e estruturais de acolher um paciente. Explicou que os técnicos que chegaram da Itália e que visitaram o HPC para fazerem avaliação ficaram horrorizados com as condições físicas do referido hospital. Destacou que em momento de emergência se entende que é melhor assim do que nada, porém, no momento da pandemia os esgotos estouraram todos. Destacou que o HPC não tem como correr atrás de recursos de investidores se o mesmo não tem um setor que defende a população, os gestores e o representante da população apoia esta mudança, esta transição. Por isso pediu para que se saia desta Audiência com uma solução, do contrário, falará ao Papa para que não se invista neste lugar, mas, em outro. O Senhor Presidente concedeu a palavra a Senhora **SELA PAIVA** – Enfermeira Assistencialista do HPC, funcionária da SUSAM, que cumprimentou os presentes e pontuou que o HPC, hoje, trabalha com vinte e três leitos em Obstetrícia em uma única sala de parto, com uma única enfermeira de plantão trabalhando com quatro técnicos de enfermagem, sendo insuficiente a quantidade de profissionais. Destacou que é cansativo para o profissional de saúde, que hoje está doente, principalmente pós-pandemia, que é preciso ver a saúde física e mental também dos profissionais de saúde. Convidou a passarem um plantão de doze horas na Maternidade de Obstetrícia lotada, tendo dias que já foram feitos doze partos e que se tem de cuidar da mulher parindo e ao mesmo tempo de seu bebê. Exigiu do prefeito profissionais médicos no plantão 24 horas por dia na Maternidade, porque é o pessoal da enfermagem que fica recebendo as parturientes, que já foram até ameaçados por marido que queria

que sua esposa fizesse Cesária e o médico não estava presente. Destacou que não é justo, a mulher estar em trabalho de parto, o médico estar em sua residência de sobre aviso e a enfermagem levar a culpa por certas situações. Finalizou com uma pergunta dizendo se é esta a assistência que querem, pois, a qualquer momento qualquer um poderá depender de atendimento hospitalar e é insalubre os profissionais trabalharem daquela forma. Concedeu a palavra a Senhora **ROSELANE MONTEIRO** – da Diocese de Parintins, que cumprimentou os presentes e disse que neste momento é preciso dar condições de atendimento à população parintinense e para isso, o HPC precisa de reforma. Frisou que a paralisação, o atendimento suspenso se deu por conta da referida reforma. Destacou que se houve mal entendimento com metas, o HPC já cumpriu, porém, o que é preciso fazer nestes três últimos meses de 2021, é a reforma. Lembrou que nos dois últimos dias esteve no HPC fazendo fiscalização, com isso, convidou os vereadores que ainda não foram até o local, para que visitem e vejam que o referido hospital não tem condições de receber com dignidade a população. Finalizou pedindo que seja paralisado o HPC para reforma para dar dignidades aos pacientes e funcionários. Passou a palavra a Sra. **NARA MARIA** – Assistente Técnica da SEMSA, que cumprimentou os presentes e perguntou a respeito da declaração que foi apresentado anteriormente dizendo que o Município fecharia o serviço de maternidade porque não atenderia pacientes do Estado do Pará, por isso, disse que gostaria de saber onde está escrito e quem deu esta declaração. Destacou que não foi desabilitado maternidade no HJC, o que foi feito foi à transferência de leitos que eram de maternidade do HJC para Clínica Médica do HPC, considerando que a covid-19 é uma doença muito letal e que o município estava precisando de expansão desses leitos do HJC para atender os pacientes de covid-19, uma vez que os partos estavam no HPC, mesmo assim, foram deixados cinco leitos no HJC para partos Cesáreos. Falou que isso seria apenas momentâneo, porque, a partir do momento que o município não definisse que o materno infantil ficaria só no HPC, certamente iriam ser trazidos de voltas os leitos de volta para Obstetrícia. Finalizou que esses leitos já estão habilitados no Sistema loca e que

logo estarão no Sistema Nacional. Passou a palavra para a Sra. **IVONE ELEUTÉRIO** – Representante do Conselho Regional de Enfermagem no Conselho Municipal de Saúde, que cumprimentou os presentes e disse que em 11 de maio participou de uma visita com a Comissão de Avaliação do Serviço de Saúde ao HPC, onde se constatou as questões precárias referentes à questão estrutural, recursos humanos e insumos. Falou que é desumano os profissionais fazerem uso de luvas de procedimentos estéreo, pelo fato de não haverem luvas próprias e as que usavam eram de tamanhos inadequados, ou seja, o profissional de saúde que usa uma luva de tamanho P, esta usando de tamanho G, o que estava correndo risco de se contaminar e também de se acidentar. Lembrou que há anos participou de um manifesto nesta Casa justamente porque o HPC ameaçava fechar e agora depois de anos se está novamente aqui discutindo fechamento do mesmo. Salientou que é inegável a contribuição do HPC para Parintins, assim como, dos profissionais de saúde, por isso, pediu respeito e que seja dado uma resposta para a população. Destacou que referente as prestação de contas o Conselho Municipal de Saúde até o dia de hoje nunca recebeu nenhuma prestação de contas do HPC e que seja esclarecido que nunca debruçaram sobre nada, porque até hoje não veio nada e como membro do Conselho disse que a verdade precisa ser dita. Finalizou dizendo que em uma reunião no auditório do HJC, quando um membro do conselho perguntou a respeito de prestação de contas, freira disse: "para que você quer saber?", com isso, o conselho saiu dessa reunião desmoralizado. Neste Momento o Senhor Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Passou a palavra a Vereadora **MÁRCIA AUXILIADORA CARDOSO BARANDA**, que cumprimentou os presentes e disse não ser desta forma que gostaria de participar de uma Audiência Pública em relação à saúde do HPC, porém, foi preciso e agradece a presença de todos e só deseja que se saia dessa Sessão com uma decisão e não com troca de acusações, porque o povo está sofrendo, precisando de uma resposta. Reiterou sua solidariedade a Diocese de Parintins, que não se devem esquecer os trabalhos feitos em Parintins todos esses anos em prol da população, principalmente daqueles que não têm condições de pagar embarcação ou avião

para sair de Parintins. Falou que ninguém esperava uma pandemia da forma como aconteceu. Disse que se fala em valores, mas, não se fala em quanto por cento subiu a energia, materiais, mas, é preciso ter o respeito com os profissionais de saúde e a população, principalmente dos menos favorecidos. Ressaltou que é preciso juntar o elo da "corrente" que foi quebrado. Fez um questionamento dizendo que se fossem respondidos os ofícios, teriam chegados a essa situação, não seria melhor ter respondido todos os ofícios de uma forma legal como prefeito, gestor, líder e sábio. Frisou que Dom Giuliano, os padres precisam procurar sim o gestor da cidade. Questionou novamente que se os Estado, o Senhor Cássio tivesse respondido os ofícios não teriam resolvido essa questão para não deixar a população sofrendo. Finalizou fazendo uma pergunta ao Padre Mauro se é verdadeiro que nunca foi prestado contas ao Conselho. O Senhor presidente passou a palavra ao Padre MAURO para responder a pergunta, o qual disse que é sabedor que o Conselho Municipal de Saúde é chamado a concordar ou desaprovar as prestações de contas dos convênios do HPC e se isso não aconteceu não sabe dizer porque, pois, o caminho é esse e que ficou admirado com essa fala, por isso disse que vai verificar e depois dar uma resposta. Passou a palavra a Vereadora **BRENA DIANNÁ MODESTO BARBOSA**, que cumprimentou os presentes e disse que não gostaria de estar nesta Audiência discutindo o fechamento do HPC e que a população também não gostaria de estar passando por esse momento tortuoso em Parintins. Falou que nasceu no HPC e tem acompanhado todas as demandas concernentes à questão da saúde neste município, sempre trazendo para esta Casa essas questões que não envolvem somente o HPC. Salientou que tudo que Parintins tem vivido desde a pandemia que começou em 2019 e todos os impactos que isso tem gerado a esta população, tem ouvido muitas justificativas e alegações, o que só lhe entristece porque muitas das palavras hoje, nesta Casa, passaram o limite do respeito de uma pessoa para outra e a população está assistindo tudo. Destacou que recentemente trouxe para esta Casa um Requerimento solicitando a criação de uma CPI, como bem mencionado pelo Defensor Público, para tratar justamente dessas demandas que envolvem a população, para que acabe com

todas essas dúvidas, com todas essas alegações e todas as provas formais, escritas sejam apresentadas e a verdade venha à tona, de fato. Frisou que o que se viu aqui hoje foi uma corda, dois lados, vence o mais forte, mas, às vezes o mais forte não é o que está certo, apenas é o mais forte. Disse que a população parintinense não está desamparada por todos aqueles que buscam saberem de fato a verdade. Questionou: quem está falando a verdade? Registrou que sabe e conhece a boa intenção do HPC, pois foi relatado que inúmero ofício foi enviado sobre a necessidade de se manter as portas do HPC aberta por causa de inúmeras dificuldades. Registrou que não se está discutindo sobre a não vinda de recursos, ou se ainda faltam pagar três meses, o que se discute é que o HPC não tinha mais condições de atender porque já tinha feito todo o serviço que se dispuseram a fazer no contrato. Finalizou dizendo que quando a Lei é conveniente, está certa, porém, quando não é, eles rasgam. Concedeu a palavra para o Vereador **PAULO CÉSAR RODRIGUES LINHARES**, que cumprimentou os presentes e disse que ouviu atentamente Promotor, o Dr. Marcelo, que deveria estar presente agora, o qual disse que não deveria ter acontecido uma Audiência dessa para ficarem com trocas de acusações e sim ter uma CPI. Frisou que a Audiência Pública é para se tratar de assuntos da população quando está em crise como vereador e representante do povo que é, tem que falar ao Promotor que ele deveria ainda estar aqui para também ouvir. Comentou que fica triste ao ouvir um cidadão que prega a Palavra de Deusa e usar nesta Tribuna a mentira, pois, foi bem explanado pelo Prefeito que a responsabilidade de ter fechado as portas do HPC não é do município, mas, sim da direção do hospital. Perguntou se o HPC fechou para reforma ou porque não tem recursos, pois, a verdade tem que ser dita nas Audiências Públicas e que hoje não houve troca de acusações, mas, sim para saber quem está falando a verdade. Destacou que não é preciso fazer uma CPI e sim uma auditoria na direção do HPC, para saber onde está o erro. Falou que a saúde de Parintins é uma das melhores do Estado do Amazonas e a Direção do HJC e o prefeito Bi Garcia mostrou que tem competência quando formou uma força tarefa para funcionarem todos os leitos no HJC, não deixando nenhum paciente ser desassistido. Salientou que o município não deve nada ao

HPC. Concedeu a palavra a Vereadora **VANESSA GENY CARNEIRO GONÇALVES**, que cumprimentou os presentes e destacou que foi importante para os vereadores e a população parintinense o que está sendo explanado nesta Audiência, porque é muito fácil ler pelas redes sociais o porque de tudo isso, mas, é importante a vinda do Padre mauro, a presença do Prefeito Bi Garcia, e de todos que falaram e ainda vão falar, pois, para se resolver e solucionar os problemas é preciso ouvir cada um. Frisou que espera de coração, como parintinense, que nasceu e deu a luz nesse hospital, que todos saiam com uma solução de imediato, visando e pensando no povo desta cidade. Disse que esta cidade é como coração de mãe, recebe a todos do Baixo Amazonas e do Estado do Pará que vêm em busca de saúde, pois, é isso que Deus espera. Destacou que a pandemia veio para que se mostre mais amor ao próximo. Parabenizou a todos o Secretário de Saúde do Estado do Amazonas que também está participando. Finalizou dizendo que todos que lidam com dinheiro público têm que prestar contas do mesmo. Concedeu a palavra ao Vereador **JOSÉ TUPINAMBÁ RIBEIRO PONTE**, que cumprimentou os presentes e disse que é preciso acabar com as acusações e para de achar culpados, pois, o que precisa ser feito é encontrar uma solução para essa situação. Lembrou que sempre fala nesta Casa que vereadores precisão de secretários, secretários precisão de vereadores, todos precisam do prefeito e o prefeito precisa de todos, ou seja, todos são um elo de ligação para que se possa governar e administrar Parintins, porém, esse elo foi quebrado e precisa ser concertado. Fez um Pedido ao Dom Giuliano que volte com a decisão, que reabra o HPC, com ajuda da prefeitura e do Governo Estadual, o que não deve é a população pagar esse preço. A população precisa do HPC, os funcionários precisam de empregos. Finalizou reiterando seu pedido, que todos entrem em um acordo e reabram o HPC. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador **FLÁVIO DA COSTA FARIAS**, que cumprimentou os presentes e iniciou dizendo que gostaria que fosse revisto o tempo de três minutos em Audiência Pública para os vereadores se pronunciarem, pois, entende que é pouco. Falou que quer colocar a posição da Câmara Municipal, dizendo que os vereadores não se eximiram de suas funções,

de suas responsabilidades como muitos pensam e acabam responsabilizando esta Casa por erros de outros. Salientou que foi até o prefeito, o secretário e vi muitas razões que fizeram diferença neste município relacionado à saúde que, inclusive, passaram 100% em algumas ações. Falou que foi com Padre Mauro e viu o empenho que a Diocese e o HPC têm em Parintins. Disse que foi várias vezes ao Dr. Cássio, ao Governo do Estado, os quais também mandaram muitos recursos para Parintins. Sugeriu dizendo que este é o momento em que esta Casa tem que remediar essa ação, intermediar essa problemática, é preciso resolver, não adianta mais procurar culpados. Destacou que tem certeza que o Prefeito Municipal tem boa vontade e quer o melhor pra saúde de todos, assim, como o Secretário Cássio, o Padre Mauro, Dom Giuliano e todos. Finalizou que existem todos os órgãos interessados nessa solução aqui nesta Audiência hoje e espera que seja encontrado uma solução para essa questão porque quem está sendo mais prejudicado é a população de Parintins. Passou a palavra ao Vereador **ANTÔNIO MASSILON DE MEDEIROS CURSINO**, que cumprimentou os presentes e Audiência Pública, pois, o objetivo era ter esclarecimentos e obter uma resposta ao pleito e a causa. Falou que, em razão disso, gostaria que todos tivessem, ao final de tudo, uma resposta para dar à população. A respeito da natureza jurídica do HPC disse que é uma entidade privada e filantrópica, por isso, há toda uma dificuldade jurídica de entes públicos em custear, manter ou reformar uma entidade privada. Quanto à ausência de respostas que ouve nesta Sessão, falou que é um pleito que os vereadores fazem sempre, que realmente sentem a ausência de respostas por parte de algumas secretarias e espera que este pleito também sirva para melhorar respostas, pois, não se deve brincar com aqueles que pedem informação e não responder. Falou ao Prefeito Bi Garcia que tem algumas secretarias que ignoram pedidos dos vereadores, que são obrigados a fazerem chamamentos de Audiência Pública, que é importante sim. Salientou que ouviu o prefeito falar que se for preciso devolveria os médicos, ele quer resolver o problema. Disse que ouviu também quanto à reforma do espaço do HPC e para que se tenha uma resposta, perguntou: se de repente houver um diálogo e for autorizado a fazer a reforma e as partes entrarem em consenso e

voltar gradativamente e se dá pra esperar a reforma e serem devolvidos os médicos por parte do ente estadual? O Senhor Presidente convidou a Vereadora Vanessa Gonçalves a assumir a Presidência enquanto faria seu pronunciamento. A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Vereador **MATEUS FERREIRA ASSAYAG**, que cumprimentou os presentes e disse que não poderia deixar de estar presente nesta Audiência pública para tratar desta questão tão importante, primeiro por ser vereador, segundo por estar presidente e terceiro morar em Parintins, amar esta cidade e quarto porque, no momento do fechamento do HPC, estava no exercício da prefeitura por ausência do titular. Disse que foi pego de surpresa, que procurou a Secretaria de Saúde do Município, fez contato com o Prefeito Bi Garcia que estava em Manaus, reuniram para tratar dessa questão e procurou Dom Giuliano. Destacou que achou bacana o posicionamento de Dom Giuliano quando lhe disse que deveria tratar com Padre Mauro, porque a questão Padre Colombo é com o Padre Mauro, o que achou muito sábio Dom Giuliano em separar as coisas. Salientou que procurou o Padre Mauro e lhe pediu um prazo, já que o HPC estava realmente fechando, para que se pudesse reestruturar o HJC para atender os pacientes e gestantes naquele momento, porém, por muitas razões que já foram colocadas nesta Sessão, não houve diálogo por parte do mesmo. Deixou claro que a partir daquele momento, com todo apoio da Secretaria Municipal de Saúde do Município, do Prefeito Bi Garcia que estava em Manaus, mas orientando todo o processo, foi montado uma força tarefa para o HJC atender todos os pacientes e nenhum deixou de ser atendido. O Senhor Presidente repassou a palavra a Dom **GIULIANO FRIGENE**, para responder os dois questionamentos e suas considerações finais, o qual destacou que o desejo de melhorar o atendimento passa através de uma inadiável reforma do HPC e que fazer isso não em trinta meses, como foi da última vez por inexperiência, agora aprenderam a lidar e pediu dois ou três meses para poder colocar em função o essencial, porém, é preciso sentar e ver como fazer. Pediu a paciência para poder responder aquelas problemáticas que foram elencadas com poucas pessoas que gostam de dialogar e ver qual é a responsabilidade de cada um. Ressaltou que talvez se possa fazer com menos

tempo, pois, o engenheiro chegou ontem, ficou o dia todo no HPC, depois foi repousar. Concedeu à palavra ao Senhor **CÁSSIO ROBERTO ESPIÍRITO SANTO** – Secretário Executivo Adjunto de Atenção Especializada do Interior da SES, para suas considerações finais, o qual destacou que para a Secretaria de Saúdo do estado do Amazonas foi muito importante esta Audiência Pública, de onde surgiram alguns pontos que irão guiar o seu trabalho para melhoria de saúde da população parintinense. Falou que entendeu que o HPC, se fosse pela própria Diocese não tem mais condições de estar atendendo nesses tempos, por condições sanitárias e estruturais. Entende que o HPC precisa fazer uma reforma e que já conseguiu recursos para isso e os engenheiros já estão trabalhando e acha que é uma coisa muito importante para concertar e ajeitar tudo que necessita para essa unidade de saúde. Explicou que, enquanto essa unidade de saúde estiver sendo reformada, o que vai fechar é o prédio, e deixou claro que é preciso se fazer a transição do serviço para o HJC, porque o HPC passando por reforma não terá condições de dar o atendimento de acordo com a população. Então, disse o Secretário, como a própria Diocese chegou a esse consenso e que resolveu fechar as postas da unidade de saúde para que possa fazer essa reforma, a Secretaria de Saúde do Estado, vai trabalhar em parceria com o município, aguardando a finalização da reforma do HPC, para que depois se tomem outras providências. Salientou que enquanto o HPC estiver em reforma, que sejam transferidos os serviços para o HJC e que ninguém vai fechar serviços, ninguém vai transfira os servidores e nem demitir ninguém, pois, os servidores estão todos com salários pagos, o que vai ser transferido são os equipamentos enquanto o HPC tiver em reforma para atendimento da população. Destacou que quando esteve em Parintins para reunião com secretaria do estado e secretaria municipal para que ninguém ficasse sem ser atendido, com isso, foi remodelado setores, organizarão, tiraram setores de dentro do HJC para serem utilizados os locais, estão fazendo a reforma do tomógrafo e finalizando a reforma para instalação das UTIs. Acredita que quando o HPC tiver apto, que a Diocese se manifestar que o mesmo está apto para receber pacientes e celebrar um novo convênio, a Secretaria de Saúde do Estado, dentro do que for legal, vai instrumentalizar isso em parceria com o município para que as demandas da população sejam assistidas. Finalizou que esse é seu posicionamento, que está trabalhando em parceria, que tem uma equipe em Parintins trabalhando e que em breve estará em Parintins para finalizar as obras e acompanhar as questões, pois, o que precisa na verdade é tratar as questões com calma e tranquilidade, porque se está lidando com vidas e saúde da população e no que puder estará sempre disposto a ajudar Parintins. Concedeu a palavra ao Prefeito **BI GARCIA**, para suas considerações finais, o qual disse serem muito importantes as Audiências Públicas para se esclarecer dúvidas e problemas para encontrar soluções para conflitos. Deixou claro que Dom Giuliano já posicionou que o HPC entrará em reforma e frisou que não vai demitir nenhum funcionário

que estava à disposição do HPC, que todos serão aproveitados na estrutura da saúde, tanto no HJC, quanto nos centros de saúde. Falou que no momento de ausência do HPC, o município está em uma força tarefa de montar uma estrutura realmente não se deixa a população sem atendimento em hipótese nenhuma. Destacou que o HJC já está hoje com cento e sessenta e dois leitos, quarenta e três leitos de Obstetrícia e onde leitos de Neonatologia. Falou que já têm profissionais trabalhando no HJC e o pessoal que estava no HPC que foram entregues à Prefeitura será aproveitado nos atendimentos e o Governo do Estado do Amazonas também deslocará funcionários que estavam no HPC para atuarem no HJC, com isso, não terá problemas de atendimentos. Destacou que o município abrirá um atendimento de emergência e urgência no Bumbódromo, onde será feito processo de triagem e funcionará por 24 horas diariamente e, com isso, disse que conseguirá, embora com dificuldades, fazer os atendimentos necessários que a população merece. Ressaltou que, enquanto isso, deixado claramente pela Diocese, o HPC entrará em reforma e o que tiver de saldo do HPC até o final do ano será todo repassado, atendendo as metas do SUS. Reiterou que a Prefeitura de Parintins não deve nenhum centavo para o HPC e que os problemas do hospital desrespeito a eles e não ao município, que tem apenas que cobrar os serviços de qualidade que são pagos para a população. Destacou que da parte da Prefeitura nunca se negou a atender. Falou que em relação a atender ofícios, disse que vai ter que criar um setor somente para atender ofícios, que são em média cento e quatorze ofícios por dia. Frisou que todos que pedem reunião, nunca se negou ao diálogo. Finalizou dizendo que se amanhã quiserem renovar o contrato do SUS, renovará na mesma hora, pois, o que lhe interessa é o máximo de qualidade de atendimento à população Parintinense e que não está satisfeito com o número de médicos, já pediu ao Secretário que abra chamada pública para contratar mais médicos para Parintins. Não havendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Vereadores, Autoridades, Funcionários, Imprensa e o Público Assistente, invocando a **PROTEÇÃO DE DEUS**, encerrou a Audiência Pública às 13h30mn.

Ver. VANESSA GENY CARNEIRO GONÇALVES
Vice-Presidente

Ver. JOSÉ TUPINAMBA RIBEIRO PONTE
1º Secretário

ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS
SALA DE REDAÇÃO DE ATAS

Ver. AFONSO DE SOUZA ROCHA

Ver. ALEX GARCIA CARDOSO

Ver. ANTÔNIO MASSILON DE MEDEIROS CURSINO

Ver. BRENA DIANNÁ MODESTO BARBOSA

Ver. FLÁVIO DA COSTA FARIAS

Ver. JOSENALDO BATISTA LIMA

Ver. MÁRCIA AUXILIADORA CARDOSO BARANDA